

Editorial

Daniel Tércio

Universidade de Lisboa Faculdade de Motricidade
Humana: Cruz Quebrada
Lisboa, Portugal
dtercio.guimaraes@gmail.com
orcid.org/0000-0003-2632-1630

Não há dúvidas, não pode haver dúvidas: é urgente agir! Imediatamente. Agir, mesmo que essa ação passe pela suspensão de atividades humanas que interferem na vida do planeta.

A era do Antropoceno – designação que identifica a ação humana como uma força que altera a estrutura geológica do planeta – está a ser acompanhada pela redução drástica da biodiversidade, pelo crescimento do aquecimento global e do efeito estufa, pela concentração de dióxido de carbono na atmosfera e por outros fenômenos penosos para a vida tal como a conhecemos.

A organização deste dossiê considera essa urgência. Ao fazê-lo, coloca as artes performativas face à situação emergencial do planeta. Como é que os artistas e os estudiosos da performance pensam este problema, como é que dão corpo à ação, como é que incorporam a crise ambiental?

Que respiração as artes performativas fomentam atualmente, na chamada era do antropoceno, hoje, que estamos nas vésperas da impossibilidade de respirar?

O problema é simultaneamente simples no que respeita à formulação do que está em jogo, e complexo, no que respeita às diversas camadas e vertentes implicadas, às decisões a tomar e às soluções que devem ser implementadas.

Para traçar as linhas de separação

Começamos, então, por desenhar as linhas de separação que implicam modos de pensamento, de representação e de ação.

No mundo atual, há algumas pessoas que negam ainda a existência de uma crise ambiental. Esses negacionistas não se preocupam em argumentar,

mas apenas em exibir convicções¹, juntando dados “fake” que circulam pela web, informações casuísticas sem suporte científico, tudo misturado no painelão de uma economia de depredação do planeta e dos seus recursos, garantia para lucros imediatos e irresponsáveis de alguns. Muitas destas convicções são acompanhadas por discursos de ódio que apelam aos sentimentos mais básicos das pessoas, como a inveja perante a prosperidade de alguns, o medo face a uma putativa travagem na economia ou o aumento de impostos e de taxas para as grandes massas de contribuintes.

Porém, é hoje difícil negar as evidências. O aquecimento global é o corolário lógico das alterações climáticas que o mundo vive. O degelo progressivo das massas polares, com a subida dos níveis dos mares, é acompanhado pela exploração dos combustíveis fósseis e pela desmatagem cega de florestas (veja-se o caso trágico da Floresta Amazônica que o governo de Bolsonaro tem tratado criminosamente). A poluição dos oceanos acarreta a concentração de microplásticos com consequências terríveis para a fauna e flora dos mares, com impacto sobre o fitoplâncton e, portanto, sobre a qualidade do ar que respiramos. Ao mesmo tempo que o capitalismo, na velha tradição de exploração de recursos e pessoas, torna mais sofisticadas as suas máquinas extrativas, o capitalismo digital contribui para acelerar a erosão dos saberes ancestrais, escavando ainda mais a separação entre os seres humanos e o seu entorno.

Além da linha de fratura que obviamente exclui os negacionistas da esfera das soluções, há uma outra linha que convém estabelecer. Com efeito, entre aqueles que reconhecem a gravidade da crise ambiental – uma crise que põe em risco a possibilidade de permanência da vida tal como a conhecemos - existem os que mantêm a fé no poder da tecnologia para resolver os problemas

Por exemplo, num artigo jornalístico recentemente publicado num semanário português, considerava-se que a tecnologia seria “a arma para se alcançar uma produção agrícola mais sustentável e competitiva, numa altura em que as alterações climáticas moldam por completo a forma de trabalhar”. O artigo fazia eco de um fórum internacional baseado na capital portuguesa, o Lisbon Agri Conferences. Entre as personalidades citadas, estava Paulo Portas, ex-líder de um partido de direita, atualmente vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Portugal, insistindo na ideia de que apanhar o “comboio da inovação” seria fundamental para enfrentar os desafios climáticos e de prosperidade social.²

Atribuir à tecnologia o papel de principal ferramenta na solução de alterações climáticas e dos desequilíbrios ambientais é também o argumento de

¹ Para conhecer as razões dos negacionistas da crise ambiental, consultar a análise de Mike Rogerson (2021), na entrevista “Why people still believe climate change is fake... and why we know that’re wrong”. Como exemplo de um negacionista, consultar por exemplo <<https://www.bradenton.com/latest-news/article237480339.html>>

² Sara Fevereiro “A agricultura do futuro começa em 3,2,1...”, Jornal Expresso 4 Dez 2021

organizações estatais e para-estatais, como é o caso da Croplife Brasil. Por exemplo, no atlas do agronegócio brasileiro são enaltecidos os transgênicos na produção agrícola. Aí se pode ler, como uma grande conquista, o seguinte: “Com 52,8 milhões de hectares em 2019, o Brasil tem a segunda maior área de cultivo de transgênicos no mundo. Corresponde da 30,6% da área total cultivada com organismos geneticamente modificados (OGM) no mundo. Ficando atrás apenas dos Estados Unidos e é seguido por Argentina, Canadá, Índia e China. Em 2019, 74% das lavouras de soja no mundo foram transgênicas, o mesmo acontecendo com 79% das lavouras de algodão, com 31% de milho e 27% de canola”. Ao mesmo tempo, para a Croplife Brasil os agrotóxicos “são importantes e seguros” porque essenciais no combate às pragas.³

Em que termos a tecnologia, como solução para recuperar o equilíbrio climático, é viável e qual a sua legitimidade?

Realmente existem planos dignos das mais ousadas visões de ficção científica, como o da colocação de objetos num dos pontos Lagrange, onde a gravidade da Terra se equilibra com a gravidade do Sol, para interceptar uma porção da energia solar enviada para o nosso planeta e assim reverter a curva do aquecimento global. Os arautos desta solução indicam que um tal dispositivo de geoengenharia para interceção e deflexão de luz não teria nenhum efeito negativo sobre o ambiente terrestre, pelo contrário, serviria apenas para achatar a curva climática. Significaria por outro lado uma concentração de meios e um investimento financeiro brutal e, portanto, o enriquecimento ainda maior de uma série de empresários de topo.⁴

O que está errado nesta proposta? Lembremos que se trata de uma via que, por exemplo, defende que a bioengenharia resolverá a fome no mundo, a geoengenharia resolverá o aquecimento global e a terraplanagem permitirá a colonização de outros planetas, e por aí fora, até que tudo isso nos venha conceder a felicidade e a vida eternas. Vamos admitir que não existe nenhum problema com aquelas soluções. O problema é que existe um problema, que aproxima a fé na tecnologia da visão negacionista inicialmente apontada.

Donna Haraway (2016) desmonta a perspectiva que tanto enaltece a tecnologia como solução milagrosa para os problemas do crescimento desordenado da economia, como aquela que lhe atribui o papel de ser geradora de um terrível apocalipse. Ou seja, Haraway mostra que tanto a visão salvífica da tecnologia, quanto a visão catastrófica, tendem a reduzir a nossa capacidade de ação e de indignação.

Na verdade, a fé na tecnologia é um reflexo da crença no poder da tecno-

³ <https://croplifebrasil.org/noticias/os-agrotoxicos-sao-importantes-e-podemos-te-provar/>

⁴ <https://www.forbes.com/sites/startswithabang/2020/01/04/ask-ethan-could-we-just-build-a-space-shade-to-counteract-global-warming/?sh=579c5f8c43bc>

ciência capitalista que estabelece uma cisão entre o humano e o natural, entre a cultura e a biologia, e que funciona com dispositivos que hierarquizam e estabelecem relações de poder baseadas na hipótese de uma essência humana arrogante e absoluta. Circunscrever a solução do problema ambiental aos progressos tecnológicos é, na verdade, um convite para permanecermos numa zona de interferência cega sobre as nossas relações com as paisagens.

Surge neste ponto mais uma linha de fratura. A convicção nas virtudes do progresso tem acarretado à adoção de um algoritmo diacrônico em que os povos indígenas surgem como resíduos, como leftovers de uma cruel sequência histórica. Quando muito, condescende-se que devem ser protegidos como elementos decorativos, tal como se protegem paisagens circunscritas e ecossistemas nativos. Os povos indígenas são frequentemente representados como uma espécie de alteridade contida no humano, revelando a multiplicidade cultural da espécie; em última análise, são-lhes atribuídos saberes pré-científicos e comportamentos eminentemente bondosos, em que ressoa ainda o “bom selvagem” de Rousseau. Porém há ainda nesta visão, por muito agradável que pareça, uma condescendência herdada da violência colonial que está na origem dos Estados modernos, já que, ao empurrar os povos indígenas para o lado do que se designa como natureza, se está a traçar uma fronteira artificial altamente equívoca. O ângulo ocidental projeta muito exotismo e muita magia sobre esses supostos outros pontos de vista ameríndios. Mas, na verdade, contrariamente a esta representação, há que substituir a convicção numa multiplicidade de pontos de vista humanos, pela assunção do ponto de vista como multiplicidade. Viveiros de Castro tem justamente proposto esse perspectivismo ameríndio que, mais do que nos permitir repensar os mecanismos de representação antropológica, nos compromete a pensarmo-nos a nós próprios diferentemente:

ali onde toda coisa é humana, o humano é toda uma outra coisa. E ali onde toda coisa é humana, ninguém pode estar seguro de ser humano incondicionalmente, porque ninguém o é – nem nós mesmos. Na verdade, os humanos devem ser capazes de “descondicionar” sua humanidade em certas condições, já que o influxo do não humano e o devir-outro-que-humano são “momentos” obrigatórios de uma condição plenamente humana.” (2011, p.895)

Então, a lição que podemos tirar do “perspetivismo ameríndio” é que só podemos ser humanos, quando formos menos humanos, quando formos humanos-em-devir-animal, ou em devir-planta, etc.

Pactos e impactos

Os autores reunidos neste dossiê vêm de diferentes geografias e de contextos diversos. Podemos no entanto afirmar que todas as suas produções textuais se jogam sobre aquelas linhas de separação anteriormente delineadas. E

todos eles trazem contributos particulares que partem da mesma urgência: é necessário agir, mesmo que esta ação possa acontecer no âmago da intimidade de cada um de nós.

Sim, também neste caso, todos os textos podiam começar com esse grito: há que agir imediatamente.

Recentemente, durante o fórum do clima, em Glasgow, Alberto Terena, do Mato Grosso do Sul, apelou para que o mundo protegesse os 370 povos indígenas do Brasil das alterações climáticas e das políticas destrutivas de Bolsonaro. “Estamos sendo afetados diretamente pela mudança climática no nosso território e pelas políticas deste governo, que incentivam o desmatamento, as queimadas... Viemos pedir apoio para que o mundo socorra o povo indígena. Há vidas que estão sendo ameaçadas e mortas.”⁵ O apelo lancinante de Alberto Terena é um entre muitos outros, que ao longo dos anos têm sido proferidos, mas também silenciados e desrespeitados.

Como é que estas falas podem ecoar para além das reservas indígenas, para além das bolsas de contenção do exótico? Em primeiro lugar reproduzindo-as, tornando-as matéria do vento mediático, difundindo-as, furando essas bolsas.

Este dossiê demonstra também a importância do diálogo entre culturas, da escuta das falas que, mais do que trazer a multiplicidade de pontos de vista, trazem o ponto de vista como multiplicidade.

Assim, Victor Neves Hugo de Oliveira, Osvaldo Pinheiro e Ingrid Sateré Mawé denunciam a violência do Projeto Lei 490, que acentua as restrições à plena posse de terras pelas nações índias, abrindo espaço para a exploração híbrida, energética e para o garimpo, para a expansão da rede viária, liberando inclusive a entrada e permanência das forças armadas e Polícia federal, sem consultar as etnias nativas. Nesse texto demonstra-se como as questões ambientais se cruzam com a própria emergência da pandemia e os modos como esta tem evoluído. Na verdade, este e outros textos não ignoram a situação da pandemia por Sars-cov-2, associando-a à questão do desequilíbrio ambiental e às injustiças sociais. Aqueles autores escrevem que “as injustiças raciais no panorama da pandemia colaboram com a redução da vida das gentes não-brancas. O genocídio continua a compor a narrativa da história. Nossos bosques têm mais mortes desde a invenção das Américas. A invasão colonial e a presunção da modernidade desenham a linha da disrupção histórica entre corpo e mente, ambientes e gentes”.

Também Thaís Gonçalves reflete sobre o perspectivismo ameríndio, em termos próximos da formulação de Eduardo Viveiros de Castro, propondo a

⁵ https://visao.sapo.pt/visao_verde/cop26/2021-11-11-cop26-os-sucessos-os-fracassos-e-o-que-ainda-esta-por-vir/

ativação de um perspectivismo artístico entre antropoceno e antropofagia. Nas suas palavras, “A ideia é deslizar conceitualmente em direção a proposições artísticas que nos possibilitem ampliar os contornos do que podemos nominar como “cena” e “antropo-cena”. Com este propósito Thaís recupera e atualiza a antropologia Oswaldiana e contribui também para difundir as vozes de pensadores e ativistas ameríndios como Aílton Krenak.

Rita Natálio dá-nos notícia do trabalho que criou em 2017, com o coreógrafo João dos Santos Martins, com o título “Antropocenas”. Essa conferência-performance – que tem circulado por Portugal e por outros países europeus – contou com a contribuição de diversas pessoas atuantes nas áreas da ecologia, dança, antropologia e artes visuais, como as coreógrafas Ana Pi e Ana Rita Teodoro, o artista visual e escritor Pedro Neves Marques, o músico Winga Kan e a performer, escritora e pesquisadora Jota Mombaça, entre outres. O projeto integra obviamente a discussão do Antropoceno e da crise climática, mas referencia também as cosmologias ameríndias, as etnografias multiespécie e o racismo estrutural para pensar a relação entre a natureza e os seres humanos.

Na verdade, a questão da natureza – ou, se quisermos, dos processos de representação da natureza – atravessa de uma ou de outra maneira todos os textos, assumindo no artigo “Gary Snider: apontamentos para uma ecologia desnaturada”, de Rodrigo Lages e Silva e Luis Antonio Baptista dos Santos, uma centralidade crítica. Para estes autores, “as modalidades discursivas sobre a natureza são também indissociáveis da política, mas de uma política que inclui e extrapola a disputa narrativa sobre a história. Uma política, portanto, que busca o presente como campo de experimentação, ou seja, como possibilidade de criar modos de existir. Uma política existencial.”

Vinicius Torres Machado , pelo seu lado, partilha com o leitor a interrogação de Jane Bennet: “O que aconteceria com nosso pensamento sobre a natureza se experimentássemos as materialidades como atuantes [...]?” Tomando como motor de reflexão a sua própria ferida e a ferida efabulada de Filoctetes na mitologia grega, combinando-as simbolicamente, ele sugere que as doenças em geral criam um estranho ecossistema, amalgamando compostos de diferentes corpos. Quando os gregos voltaram para pegar Filoctetes, escreve ele, passaram a encarar “o espetáculo aterrorizante dessa ferida, da mesma forma que precisamos lidar com as feridas da matéria neste momento.”

A matéria vibrante, vibrátil, exclui qualquer espécie de visão delíco-doce do planeta. Com efeito, a matéria vibra cruelmente num continuum selvagem de que Artaud, entre outros, sentiu os fluxos e os efeitos e que, de certo modo, transparece nos textos de Vinicius Torres Machado e de Rita Natálio. “Transportamos a selvajaria dentro de nós”, declaram Gavin Van Horn e John Hausdoerffer, acrescentando que também nós somos “parentes de outras plantas e

animais (e fungos e algas e protozoários e assim por diante) que habitam esta terra conosco, e alguns dos quais habitam esta terra em e dentro de nós.” (2017, pp. 4/5)

A Terra gera as suas próprias feridas. Pensar a natureza e pensar a nossa relação com a natureza não pode assim partir de uma espécie de separação entre o bem e o mal, em que de um lado estaria uma terra intocada, edênica, e do outro lado, uma humanidade eternamente atraída pelo caos e pelo mal. Timothy Morton, por exemplo, propõe uma ecologia não binária, que nos obrigue a descer do nosso pedestal para tentarmos compreender que esta rede que nos liga aos cães, também nos liga aos vírus. Hoje, escreve ele, assistindo, como todos nós, à progressão das pandemias, o nosso lugar no mundo está a mudar (MORTON, 2021).

Há, pois, que nos desintoxicarmos da ideia de natureza, para mais urgentemente sentirmos a necessidade de tratar das feridas da terra. Tratar das feridas da terra é tratar das nossas próprias feridas. Tratar das nossas próprias feridas é encontrar uma outra relação com a terra.

Ana Godinho e José Gil procedem a esse diagnóstico realista, terrivelmente realista, do modo como temos andado a ferir o planeta e ferirmo-nos a nós próprio e acabam lançando um apelo a uma transformação profunda, cuja solução seja efetivamente global. Para tanto, escrevem que “para lutar contra os poderes político-econômicos que estão a destruir o planeta, é preciso acreditar que um outro mundo é possível.” Este acreditar na possibilidade de um outro mundo é, finalmente, a restauração da crença na terra. Acreditar que é possível retomar-refundar, que é possível curar (curarmo-nos). Ou seja, que é possível acreditar não na terra, não em nós, mas na relação entre a terra e nós próprios.

Ora é justamente sobre essa relação que a proposta de Sue Hawksley se ergue. Atualmente sediada em Adelaide, no sul da Austrália, Hawksley procura as interseções entre os estudiosos e os cientistas do ambiente e o conhecimento das primeiras nações australiana. Neste processo, cabe a sua própria experiência de terapeuta e de bailarina, que funciona aqui como uma espécie de vetor de facilitação para um exercício de incorporação da paisagem na figura através de exercícios de improvisação sustentada pelos princípios do *Authentic Movement*.

Ou seja, se conseguirmos ser sensíveis numa escala pessoal à parte que desempenhamos nos sistemas naturais de suporte de vida, poderemos estar mais capazes de sentir a urgência da situação. Como escreveu Gary Snyder (1990), se conseguirmos apreciar a elegância das forças que dão forma à vida e ao mundo, que moldaram cada linha dos nossos corpos – os dentes e as unhas, os mamilos e as sobrancelhas – poderemos então acreditar novamente na Terra.

Referências

BENNETT, Jane. **Vibrant Matter. A political ecology of things**. Durham & London: Duke University Press, 2010.

CropLife Brasil (2021). **Atlas do agronegócio brasileiro. Uma jornada sustentável**. < <https://materiais.croplifebrasil.org/atlas>>

GIL, José. **O Tempo Indomado**. Lisboa: Relógio d'Água, 2020

GUATTARI, Felix. **Les Trois Écologies**. Paris: éditions Galilées, 1989

HARAWAY, Donna J. **Staying with the trouble. Making Kin in the Chtulucene**. Durham & London: Duke University Press, 2016

HORN, Gavin Van & HAUSDOERFFER, John (eds.). **Wildness. Relations of People and Places**. Chicago and London: University of Chicago Press, 2017

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

MORTON, Timothy. "C'est le moment pour paniquer: rencontre avec le philosophe Timothy Morton" (entrevista). **Libération**, 1 Dez 2021

MORTON, Timothy. **Hyperobjects. Philosophy and Ecology after the End of the World**. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 2013

ROGERSON, Mike (2021). "Why people still believe climate change is fake... and why we know that're wrong" (entrevista)
<<https://www.hull.ac.uk/special/blog/why-people-still-believe-climate-change-is-fake-and-why-we-know-theyre-wrong>>

SNYDER, Gary. **The Practice of the Wild**. San Francisco: North Point Press, 1990

TÉRCIO, Daniel. "Antropoceno". In **Práticas Performativas em torno d'O Animal**. Lisboa: INET-md polo na FMH, 2019
<<https://www.estudiosdedanca.pt/eBOOKS>>

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "O Medo dos outros", **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v 54, 02, 2011, pp.885 - 917